



Lisboa «fecha» em Bruxelas acordos sobre protecção de dados

Os ministros da Justiça da UE, reunidos hoje em Bruxelas sob presidência portuguesa, alcançaram acordos políticos sobre a protecção de dados e a mediação civil comercial, o que o ministro Alberto Costa classificou como «boas notícias».

Após mais de ano e meio de discussões, os 27 chegaram a um acordo quanto à decisão-quadro sobre a protecção de dados pessoais em matéria de cooperação penal e policial, tendo o ministro da Justiça português comentado que se trata de «um resultado que vai projectar-se directamente na melhoria da cooperação e troca de informações entre forças policiais e tribunais da Europa», estabelecendo simultaneamente «um nível elevado de protecção dos direitos fundamentais».

Em resposta às críticas segundo as quais o texto final fica muito aquém das ambições da proposta inicial, Alberto Costa sublinhou que «não existia até agora qualquer protecção europeia no domínio da intervenção policial e judicial relativa à privacidade dos cidadãos, que fica agora assegurada».

«A grande diferença é entre o que temos actualmente no plano europeu, em matéria de cooperação policial, que é nada, visto que as convenções existentes não se aplicam a essa matéria, e o que passamos a ter, que é alguma coisa, porventura não tudo o que alguns de nós ambicionavam que tivéssemos, mas passam a existir requisitos comuns. Portanto, o balanço na passagem de nada para alguma coisa de concreto é um balanço positivo», disse.

Relativamente ao acordo sobre a directiva de mediação civil e comercial, Alberto Costa disse que ao «fechar este dossier», a União «terá agora um quadro jurídico mais seguro para que a mediação funcione em litígios transfronteiriços», destacando que se trata de um «instrumento valioso para a resolução de conflitos relativamente aos quais é consensual que o sistema judicial tradicional não oferece a melhor solução».

«De futuro esperam-se resoluções mais amigáveis, mais simples, mais rápidas e menos onerosas. Aos consumidores e prestadores de serviços europeus que compram e contratam de forma livre podemos assim dar esta boa notícia», disse.

Por fim, Alberto Costa apontou que o Conselho aprovou conclusões da presidência sobre o tráfico de seres humanos e a luta contra a ciber-criminalidade, que Lisboa aponta como «dois dos maiores desafios dos sistemas de justiça nos próximos anos», para os quais, dada a sua «natureza marcadamente internacional», os 27 precisam de «adequar e concertar» as suas respostas, com vista a uma maior prevenção e eficácia na investigação e julgamento destes crimes.

O ministro disse que o tráfico de seres humanos é «um dos desafios mais sérios da Europa, em particular a protecção das crianças face a este flagelo», e relativamente ao ciber-crime, «um meio novo de cometer velhos crimes», apontou a preparação de atentados terroristas e incitamento ao terrorismo, a criminalidade económica e financeira ou a exploração sexual e a pornografia de menores como «exemplos claros de como a tecnologia pode ser utilizada para os fins mais sinistros».

Este Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI), hoje concluído em Bruxelas, ficou marcado no primeiro dia de trabalhos, na vertente da administração interna, pela «luz

verde» informal dada pelo Conselho ao alargamento do espaço Schengen de liberdade e circulação de pessoas aos «novos» Estados-membros (que aderiram à UE em 2004) a 21 de Dezembro.

Os 27 aprovaram o relatório de avaliação, segundo o qual todos os nove Estados-membros estão preparados, pelo que nas vésperas de Natal os cidadãos de Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa passarão a poder circular livremente no espaço Schengen, que passará a ir de Lisboa a Tallin.

A decisão de suprimir as fronteiras terrestres e marítimas (as aéreas apenas «cairão» em Março de 2008) só será todavia oficialmente adoptada pelo Conselho de Justiça e Assuntos Internos de 06 e 07 de Dezembro, dado ser necessário o parecer prévio do Parlamento Europeu, que na próxima semana, em Estrasburgo, se pronunciará ao votar um relatório do eurodeputado português Carlos Coelho.

O ministro da Administração Interna, Rui Pereira, sublinhou quinta-feira a importância para os novos Estados-membros do alargamento do espaço Schengen, «um fruto do trabalho da presidência portuguesa, que envolveu tecnologia portuguesa, e também dos serviços portugueses, em particular o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras».

«Marca para estes novos Estados da UE e para milhões de cidadãos europeus o resultado mais palpável e mais concreto da entrada no espaço de liberdade, segurança e justiça da UE», disse.

O alargamento de Schengen, uma das prioridades da presidência portuguesa da UE, consumir-se-á então a 21 de Dezembro, 10 dias antes do seu final (31 de Dezembro), e nessa ocasião serão celebradas cerimónias de abertura das fronteiras, que contarão com a presença do primeiro-ministro e presidente do Conselho da UE, José Sócrates, e do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, entre outros.

Entre outros «dossiers», os ministros do Interior da UE tiveram uma primeira troca de impressões sobre as propostas recentemente apresentadas pela Comissão Europeia no domínio da imigração legal, designadamente sobre a instituição de um «cartão azul», uma autorização de residência e trabalho especial, que visa «atrair» trabalhadores qualificados oriundos de países terceiros.

O comissário europeu responsável pela Justiça, Liberdade e Segurança, Franco Frattini, manifestou-se no final satisfeito com o que classificou como um apoio «amplo e firme» dos 27 às ideias da Comissão, em termos gerais, mas as discussões que se seguirão serão certamente longas e complexas.

Este Conselho JAI foi o penúltimo realizado sob presidência portuguesa, e o derradeiro terá lugar, igualmente em Bruxelas, a 06 e 07 de Dezembro.

Diário Digital / Lusa

Copyright Diário Digital 1999/2006